

## O Conselho de Classe como espaço privilegiado para a avaliação escolar e a construção do conhecimento

**Resumo:** Esse relato de experiência expõe e discute o caminho percorrido pela Área Pedagógica do IFMG *campus* Ouro Preto, na proposição, implantação e realização dos Conselhos de Classe nos cursos técnicos integrados, a partir de 2016, permitindo-nos uma reflexão desse momento como espaço possível de construção de uma perspectiva de avaliação que ultrapasse os limites quantitativos. A realização dos Conselhos de Classe proporciona o encontro de professores de diferentes Áreas, de um mesmo ano e curso e da pedagoga responsável pelo mesmo. A avaliação da aprendizagem dos alunos é ampliada e outros aspectos são também contemplados: socialização de práticas de ensino bem-sucedidas; tratamento coletivo de questões referentes à indisciplina; e contemplação de aspectos amplos da vida discente, como por exemplo, questões relacionadas à saúde física e emocional e que influenciam na vida desse sujeito-aluno. O aluno deixa de ser um número, uma matrícula, e ganha dimensões de indivíduo singular e coletivo. A análise, das avaliações feitas pelos docentes após realização dos Conselhos de Classe, aponta para alguns desafios que ainda precisam ser vencidos, tais como: aumento do número de professores participantes; melhor disposição de dias e horários para a realização; entre outros. Não obstante esses desafios, os dados mostram ainda as potencialidades do Conselho de Classe para a concepção da avaliação como processo de construção de conhecimentos e sua contribuição para uma educação pública e de qualidade, sobretudo para os filhos da classe trabalhadora, tão presentes na Educação Profissional e Tecnológica.

**Palavras-chave:** conselho de classe; avaliação mediadora; cursos técnicos integrados.

### Introdução

Esse é um relato de experiência sobre a implantação e o desenvolvimento dos Conselhos de Classe dos cursos técnicos integrados do IFMG *campus* Ouro Preto. Para isso, serão apresentadas as formas de sua organização bem como a avaliação feita pelos professores participantes.

O IFMG *campus* Ouro Preto, completa em 2019, 75 anos de experiência na oferta de educação profissional. Sobre os pilares do ensino, pesquisa e extensão, os Institutos Federais (IFs), de maneira geral, e o IFMG *campus* Ouro Preto em particular, apresentam-se com uma proposta ampla e arrojada e se constituem como “(...) instituições de

**Fabúla Tatiane Pires**

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo CEFET-MG, Pedagoga no IFMG Campus Ouro Preto.

**Clarice do Rosário Rocha Alves**

Mestre em Administração pela Universidade FUMEC, pedagoga no IFMG Campus Ouro Preto.

PIRES, F.T.O.; ALVES, C.R.R. Conselho de Classe como espaço privilegiado para a avaliação escolar e a construção do conhecimento. In: Jornada de Linguagens, Tecnologia e Ensino, 2, 2019. Timóteo. **Atas da [...]**. Timóteo: CEFET-MG, 2019, p. 29-36. Disponível em: <http://www.lite.cefetmg.br/publicacoes/atas-2a-lite>. Acesso em: ...

educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (...)” (BRASIL, 2008).

Particularmente, para esse relato, será considerada apenas a atuação dos professores no que se refere ao ensino, e mais especificamente a avaliação do ensino, nos cursos técnicos integrados. São ofertados nessa modalidade cinco cursos técnicos, a saber: Administração, Automação Industrial, Edificações, Metalurgia e Mineração.

O IFMG *campus* Ouro Preto conta em seu quadro de docentes com pessoal altamente qualificado, segundo Pena (2018), 89% dos docentes ingressantes (2009-2017) no IFMG, são mestres ou doutores. Em estudo anterior, Pena (2014) tinha identificado, particularmente nesse *campus*, que entre os docentes de disciplinas técnicas que atuavam na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), 70% eram mestres ou doutores, já nas disciplinas das áreas básicas esse índice subia para 71% (PENA, 2014, p. 30).

Ainda que contando com um corpo docente qualificado, alguns desafios se colocam à prática pedagógica, dois deles serão a seguir mais detalhados: (I) a heterogeneidade dos alunos; e (II) a implantação de um novo regulamento de ensino (IFMG, 2018b).

Quanto ao primeiro item, os alunos apresentam-se com diferentes capital cultural e econômico, o que demanda dos professores maior criatividade nas questões referentes ao ensino e na forma de verificação da aprendizagem. A partir dos dados divulgados que tiveram como base o último vestibular<sup>1</sup> (2018) pode-se constatar, pelo Gráfico 1 — Nota final menor que 60% no *campus* Ouro Preto, no vestibular realizado ao final de 2018 — bem como pelo Gráfico 2 — Média das notas por disciplina no *campus* Ouro Preto — disponibilizados pela reitoria do IFMG, particularmente no *campus* Ouro Preto, que 59% dos alunos que ingressaram nos cursos técnicos integrados obtiveram desempenho inferior a 60% dos critérios e conteúdos avaliados. Apenas em Língua Portuguesa os alunos obtiveram médias de notas superiores em 10%. Em Matemática essa média ficou pouco acima dos 6% e nas demais abaixo desse índice. Com essa breve análise é de se esperar que os alunos cheguem com conhecimentos prévios ainda inconstantes para o que lhes será demandado em um curso técnico, muitos conhecimentos que se esperava consolidados no Ensino Fundamental deverão ser introduzidos e/ou retomados no Ensino Médio Integrado.

---

<sup>1</sup> No exame de vestibular não há nota mínima para aprovação, no que se refere ao desempenho do candidato na prova o único critério para reprovação é a obtenção de nota zero em uma das Áreas de saber, tal como explicitado no Edital n. 71 de 2018 (IFMG, 2018a).

#### NOTA FINAL MENOR QUE 60%

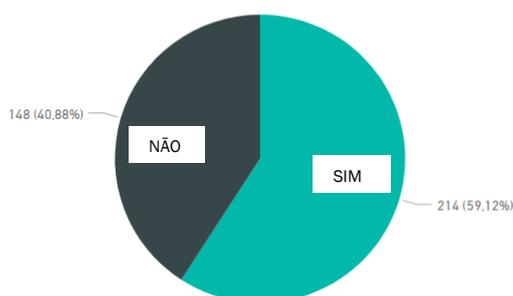


Gráfico 1 – Nota final menor que 60% campus Ouro Preto. Fonte: <https://www.ifmg.edu.br/portal/ensino/ensino-em-numeros-1/indicadores-1/processo-seletivo/2018-1/ensino-tecnico>. Acesso em: 31 mar. 2019.

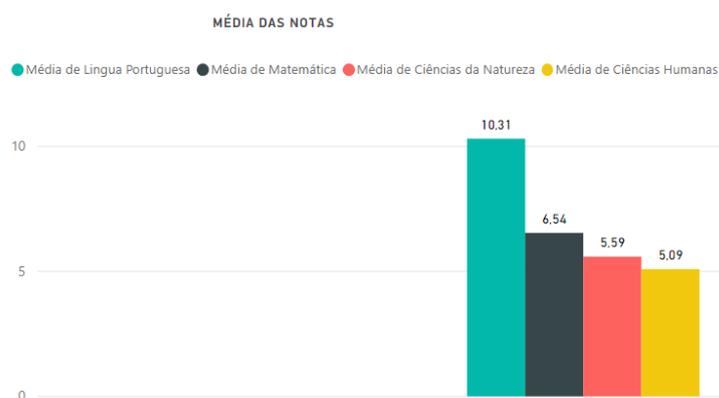


Gráfico 2 – Média das notas por disciplina no campus Ouro Preto. Fonte: <https://www.ifmg.edu.br/portal/ensino/ensino-em-numeros-1/indicadores-1/processo-seletivo/2018-1/ensino-tecnico>. Acesso em: 31 mar. 2019.

Para além das questões relacionadas à aprendizagem, ao desempenho dos alunos, a diversidade e a mudança no perfil dos alunos, sentida particularmente pelos professores, encontra-se refletida na avaliação feita pelo professor S,<sup>2</sup> sobre a importância do Conselho de Classe para o repensar de sua prática:

Avalio como muito importante pois a troca de experiências com colegas de outras áreas ajuda muito a entender a dinâmica das turmas, entender o comportamento dos estudantes, visto que esse comportamento tem mudado muito ao longo do tempo. (Professor S).

Passando ao item (II) anteriormente mencionado, a implantação de um novo regulamento de ensino (IFMG, 2018b) em que são destinadas cinco seções em relação direta com a aprendizagem dos alunos: seção II – Da Verificação do Desempenho Acadêmico – determina entre outros pontos que nenhuma atividade avaliativa poderá ultrapassar os 40% do valor da etapa e que ao longo dessa deverão ser garantidos no mínimo dois tipos de instrumentos avaliativos (provas, trabalhos, entre outros); seção III – Da Aprovação – estabelece como condições para aprovação rendimento igual ou superior a 60% e frequência igual ou superior a 75% da carga horária total do período letivo; seção IV – Da Recuperação da Aprendizagem

<sup>2</sup> Aos professores foram atribuídos nomes referentes às letras do alfabeto, garantindo assim o sigilo.

– estabelece que as recuperações parciais ocorrerão ao final da primeira e segunda etapa e que a recuperação final acontecerá ao final da terceira etapa. Soma-se a isso o limite máximo de 60% do valor da etapa a ser alcançado pelo aluno, prevalecendo sempre a maior nota até esse limite; seção V – Da Reprovação – é considerado reprovado o aluno que obtiver frequência inferior a 75% do período letivo, e/ou com rendimento inferior a 60% em três ou mais disciplinas; seção VI – Da Progressão Parcial e dos Estudos Orientados – refere-se a possibilidade de o aluno avançar para o ano seguinte quando reprovado em até duas disciplinas, sendo obrigatório cursar no ano letivo imediatamente após a disciplina no formato de Estudos Orientados, trata-se pois de uma progressão parcial.

Esses e outros aspectos que influenciam a avaliação escolar representam para os professores um desafio a ser equacionado. Foi por uma demanda do corpo docente e pelo reconhecimento, por parte da Área Pedagógica, de sua relevância que em 2016 os Conselhos de Classe foram implantados de forma sistematizada no *campus* Ouro Preto.

### **Organização dos Conselhos de Classe**

A Área Pedagógica é a responsável pela organização, planejamento e realização dos Conselhos de Classe. Desde 2016, nos cursos integrados atuam quatro pedagogas. Cada pedagoga fica responsável pelo acompanhamento pedagógico de um curso, sendo que uma até então ficara responsável pelo trabalho junto a dois desses cursos.

Inicialmente os Conselhos de Classe foram realizados com as turmas individualmente, totalizando 38 conselhos. Após a avaliação dos encontros, entre outros encaminhamentos, ficou definido que os conselhos seriam realizados por série/curso, o que representou uma redução no número de reuniões, passando para 15 conselhos. Outro encaminhamento definido, já nas primeiras avaliações, é que os Conselhos de Classe fossem ações institucionalizadas, passando a ter datas previstas no Calendário Acadêmico, bem como a realização convocações por meio da Diretoria de Ensino, o que já se concretizou no ano letivo de 2017.

Os Conselhos de Classe são dinâmicos e se estruturam de acordo com a especificidade da etapa em que se está. No IFMG *campus* Ouro Preto atualmente há três etapas, sendo que os Conselhos acontecem regularmente apenas nas duas primeiras, já que nos falta tempo hábil para realização do terceiro. No entanto vale destacar que alguns cursos têm demandando, ainda que não previsto em calendário, esse terceiro encontro.

Basicamente os conselhos da primeira etapa constam de um perfil das turmas, com base em questionário elaborado pela Área Pedagógica que entre outros aspectos contempla distribuição dos alunos por sexo, distribuição por local de moradia, meio de transporte utilizado para vir à escola, condições de moradia (relacionado às pessoas com quem mora), realização regular de atividade física (o que tem relação com os adoecimentos), tempo de estudo extraescolar, reprovações anteriores e em qual/quais disciplinas, locais em que tem acesso à internet, o que mais valorizam em um professor, e por fim os maiores desafios na escola.

Os dados são tabulados e convertidos em gráficos que são expostos na primeira reunião de Conselho de Classe. Além disso os alunos representantes de turma constroem, junto com os seus pares, um perfil da turma orientado por questões relativas ao comportamento, compromisso com os estudos, disciplinas com mais facilidades e dificuldades, seguidas de suas justificativas. Essas são as informações que impulsionam o debate dos professores, bem como lhes dão uma visão mais clara do alunado com o qual estão trabalhando, a discussão

sobre as notas alcançadas na etapa fica, pois secundarizada, não por menor relevância, mas porque nesse contexto elas começam a ganhar sentido e significado de outras influências.

É comum que, desse primeiro conselho, saiam encaminhamentos que apontem para uma aproximação com a família, normalmente conduzido e/ou mediado pela Área Pedagógica. Outro encaminhamento são as proposições de projetos, o projeto “Aprendendo a estudar em uma escola de tempo integral” elaborado pela Área Pedagógica com base nas demandas dos nossos alunos é um exemplo.

Já os Conselhos da segunda etapa apresentam uma outra configuração: de posse do Mapa de Turma,<sup>3</sup> do retorno das reuniões com as famílias, a Área Pedagógica elabora e envia, antecipadamente gráficos, que apresentam a evolução das turmas nas duas etapas, por disciplina. Assim, os professores têm uma visão geral dos avanços e das dificuldades pelos quais os alunos passaram. Podem avaliar a aprendizagem da turma, mas também o desenvolvimento em sua disciplina. Já no Conselho, o professor tem a possibilidade de comentar os resultados e responder a possíveis questionamentos dos colegas. Apenas em um segundo momento, situações pontuais dos alunos são discutidas já com indicativo daqueles alunos aprovados e dos eventuais reprovados, ou aprovados parcialmente. Mais uma vez, entre os encaminhamentos, permanecem indicadas as reuniões com as famílias, conversas com os alunos e até mesmo uma possível revisão de avaliação e nota de alunos específicos.

### **O que dizem os professores sobre a realização dos Conselhos de Classe**

Nos Conselhos de Classe de 2016 e 2017, as avaliações a respeito dos conselhos de classe aconteciam logo após o término das reuniões, um período em que muitos estavam cansados e não tinham um tempo de qualidade para refletir sobre o momento. Em 2018, optou-se por enviar um questionário por meio do *Google Formulários*. Os resultados serão apresentados a seguir, com base nesse último instrumento.

Responderam ao questionário vinte e três professores,<sup>4</sup> até o dia 31 de março de 2019. Em sua maioria, os professores avaliam o momento do Conselho de Classe de maneira positiva, e o qualificam como: importante (6), positivo (1), válido e produtivo (3), bom (1), uma boa iniciativa (1); os que avaliam com ressalvas, dizem respeito ao período ideal para realização (2); não qualificaram ou comentaram (2). Dois relatos de professores dão a dimensão da importância conferida ao Conselho de Classe:

Acho muito válido e produtivo. Precisam ocorrer todos os trimestres, principalmente após a terceira etapa, para deliberações do conselho em relação ao futuro dos estudantes. O conselho de classe é deliberativo e o corpo docente reunido precisa discutir muita coisa e decidir também. (Professor X)

Neste momento acho que o conselho tem nos auxiliado bastante, pois traz informações importantes sobre cada uma das turmas para as quais leciono, bem como sobre os alunos, individualmente. Isso nos permite ter uma visão mais ampla sobre o que ocorre fora da sala de aula e os problemas que os alunos têm enfrentado ao longo do ano letivo. (Professor Y)

---

<sup>3</sup> Documento que contempla as notas e frequência de todos os alunos por turma.

<sup>4</sup> O número reduzido de respostas no período pode ser atribuído, entre outros fatores, às férias escolares nesse mês.

Os professores também puderam opinar com sugestões de mudanças na realização dos Conselhos de Classe. A Tabela 1 – Sugestões de mudanças para os Conselhos de Classe, dá a dimensão do que ainda precisa ser vencido nesse trabalho.

<i><b>Categoria</b></i>	<i><b>Frequência</b></i>
Objetividade	5
Realização do Conselho de Classe da 3ª etapa	4
Estimular maior participação dos professores	3
Adequação do período de realização	5
Integração e participação de setores como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEE)	1
Coleta de informações prévias dos docentes sobre as turmas	1
Busca coletiva para as soluções dos problemas encontrados	1
Divulgação de atas	1
Não opinaram	3

*Tabela 1 – Sugestões de mudanças para os Conselhos de Classe. Fonte: dados da pesquisa.*

Infelizmente os fóruns de discussões coletivas na Instituição ainda são poucos e os professores afligidos pelos desafios postos à sua atuação almejam por esses espaços e tempo. É possível, portanto, que os conselhos deixem de fato a desejar na objetividade, tal como expresso pelo professor Z: “Algumas vezes, até mesmo por parte dos docentes, as discussões começam a abordar outros assuntos que não são alvo dos conselhos de classe. Então, acho importante tentar manter sempre a objetividade e o foco das reuniões.”

O ajuste do Conselho de Classe da terceira etapa ao Calendário Acadêmico aparece como uma situação urgente a ser enfrentada: “Creio que seja de grande importância a realização de um Conselho de Classe final, para que a situação de cada aluno possa ser discutida pelos professores da turma.” (Professor M).

O estímulo a participação dos docentes torna-se uma questão mais administrativa do que propriamente pedagógica, o que não quer dizer que a Área Pedagógica não deva também se auto avaliar no que se refere a condução dos Conselhos.

Inicialmente, um questionamento: a participação no Conselho de Classe é um convite ou uma convocação? Nos conselhos que participei a participação dos docentes é baixa, em nenhum todos os docentes da turma compareceram. Defendo que seja uma convocação e mais, em caso de ausências legalmente justificadas que sejam tomadas as devidas providências. Sugestão de dinâmica: a pedagoga responsável faz um relato de possíveis situações da turma (alunos em situações especiais, algum incidente ocorrido, etc.), cada docente faz um pequeno relato de suas impressões da turma relatando inclusive algum caso de um aluno especial. Sejam colhidas sugestões para ações a serem implementadas na turma. (Professor K).

Embora haja o reconhecimento de que já se avançou na adequação tempo/realização dos Conselhos de Classe, dado o número de turmas e o número de professores por turma (em alguns casos chegam a 17 disciplinas por ano), falta-nos um consenso do melhor período para realização:

Como disse, deveria ocorrer logo após as provas em bloco de todas as etapas, deliberando sobre o futuro dos discentes, com o corpo docente reunido. (Professor A)

Creio que seria interessante antecipar as reuniões dos Conselhos para bem antes da realização de cada uma das etapas avaliativas do ano letivo pois, assim, poderíamos acompanhar mais de perto o desempenho dos alunos em outras disciplinas também e, a partir daí, buscarmos soluções para os problemas comuns apresentados pelos mesmos. (Professor B)

A tendência é que os Conselhos de Classe contemplem percepções de diferentes setores/áreas envolvidos com os alunos. Em alguns momentos contou-se com a presença da Assistente Social do *campus*, outra demanda foi a presença de profissionais ligados ao NAP-NEE.

Creio que podemos melhorar as discussões pedagógicas. Ter parceria com NAP-NEE, tem alunos com dificuldades de aprendizagem, condições especiais, que nem sequer os professores são avisados. Se realmente queremos oferecer uma educação inclusiva os conselhos de classe deveriam tornar ciente tais situações a todos professores. Creio ser muito mecânica e improdutivo a maneira como articulamos os processos educacionais, precisamos vencer as amarras da “tecnicidade”! (Professor T).

Por fim os professores tiveram a oportunidade de avaliar a importância da realização dos Conselhos de Classe para a reflexão sobre sua prática de ensino e o processo de avaliação. Em sua maioria, pouco mais de 82%, consideraram esses momentos como importantes, fundamentais ou positivos para tal avaliação, os 18% restantes não qualificaram o momento ou não comentaram.

As principais contribuições caracterizam os Conselhos de Classe como uma oportunidade para trocar experiências, para conhecer melhor as turmas, com a indicação de estratégias diversas, permitindo o ajuste de técnicas de ensino, soma-se a isso o fato de discussões e decisões poderem ser tomadas em um ambiente coletivo. Abaixo transcreve-se algumas dessas avaliações:

Acredito que a troca de experiência entre os docentes é fundamental. Nesse sentido, é uma oportunidade de conhecer como as turmas se relacionam com diferentes professores e conhecer de suas estratégias de ação. (Professor C)

É de sua importância, porque é a oportunidade de vislumbrar um todo, tanto no que se refere ao desempenho dos alunos nas diferentes disciplinas, como ao modo como cada professor compreende a realidade da sala de aula. (Professor L)

Para além dos pontos positivos constatados nas avaliações feitas pelos professores sobre os Conselhos de Classe, o que eles nos apontam também é um longo caminho a percorrer, em que se fazem necessários ajustes, reflexões e reorientações. Entre os desafios estão: ampliar a participação docente; cuidar para que, ao ser um dos poucos espaços para o diálogo coletivo, não se percam os objetivos com discussões de outras ordens; efetivá-lo como órgão deliberativo. Os depoimentos abaixo sintetizam o exposto.

[...] Esse momento é extremamente importante e precisa acontecer sempre. E não precisa dizer que temos muitas reuniões [...]. E fico incomodado com a baixa presença dos docentes no conselho. [...] Precisamos retomar a força deliberativa do conselho. Não que o conselho mande no professor. O que quero dizer é que em conjunto conseguimos discutir e decidir da melhor forma, sempre ouvindo o docente (claro). (Professor Q)

Acho importante, pois, me ajuda a perceber aspectos que não havia me atentado anteriormente, entretanto, fico enfadada, pelo modo como alguns professores expõem suas indignações a respeito da escola, que muitas vezes não tem nada a ver

com a sala de aula. Nesse sentido, acho que seria muito importante que a condução desse tipo de conselho ocorresse de forma mais dinâmica e menos intimidada. (Professora H)

## Considerações Finais

Com esse relato de experiência espera-se contribuir para a reflexão sobre a importância dos momentos coletivos de avaliação em instituições que ofertam Ensino Médio Integrado aos cursos Técnicos.

O isolamento em cursos, áreas e/ou disciplinas pouco nos permitem avançar na compreensão desse novo e complexo perfil discente que, felizmente, tem chegado às nossas instituições de ensino. Os desafios são muitos e seus enfrentamentos e superação só terão chances de algum sucesso se construído na coletividade, na interseção de ideias, na valorização da percepção e fala do outro.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasil, Brasília, DF, 29 de dezembro de 2008.

IFMG. [Edital n. 71 de 26 de setembro de 2018](#): Edital complementar ao edital de normas gerais para ingresso por meio de prova nos cursos técnicos integrados e subsequentes presenciais, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, 2018a.

IFMG. [Resolução Nº 46 de 17 de dezembro de 2018](#): Dispõe sobre o Regulamento de Ensino dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMG. Belo Horizonte, 2018b.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. *Docência na educação profissional e tecnológica: conhecimentos, práticas e desafios de professores de cursos técnicos na rede federal*. Tese (Doutorado em Educação Conhecimento e Inclusão Social). Belo Horizonte, MG, 2014.

PENA. G. A. de C. *Perfil dos docentes dos Institutos Federais: estudo de caso no IFMG*. Relatório final. IFMG, Ouro Preto, 2018.